

PUBLICIDADE LEGAL

MELSON TUMELERO S.A.
CNPJ Nº 92.860.238/0001-05 NIRE Nº 433.000.255-78
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social da Companhia, na Rua Antonio Carlos Berta, nº 475, conjunto 401, em Porto Alegre/RS, às 9:30 horas, no dia 01 de julho de 2024, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023; b) deliberar sobre a destinação do resultado dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 e a distribuição de dividendos; c) Eleger os administradores e fixar a remuneração.

Porto Alegre, 18 de junho de 2024.
MARIVALDO ANTONIO TUMELERO
Diretor

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Granja Mangueira Agropecuária S/A. CNPJ 96.013.693/0001-26
NIRE 43 3 0001033 3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam os senhores Acionistas da Granja Mangueira Agropecuária S/A convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") e Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 28 de junho de 2024, às 9,00 horas, na sede social da Companhia, na Localidade de Curral Alto, BR 471, KM 590, no município de Santa Vitória do Palmar, RS, quando os senhores Acionistas serão chamados a deliberar sobre as matérias constantes na seguinte ordem do dia: **Em Regime Ordinário:** (i) Leitura, discussão e aprovação do relatório da administração e das demonstrações contábeis e financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Destinação do resultado do exercício; (iii) Distribuição de dividendos; (iv) Eleição e posse dos membros da Diretoria da Companhia e; v) Fixação da remuneração dos Administradores da Companhia. **Em Regime Extraordinário:** (vi) Assuntos gerais da Companhia. Pelotas, RS, 18 de junho de 2024.
Fernando Schild Ribeiro - Diretor. Milton Martins Moraes Filho - Diretor.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

**MADEIREIRA GIACOMET S.A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

CNPJ - 88.612.395/0001-24 - NIRE - 43300004210

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 10h30 na Rua Ítalo Victor Bersani, 1134, Jardim America, Caxias do Sul - RS, 95050-520, salas 1 e 2, local escolhido para melhor acomodar os acionistas. A Assembleia Geral Ordinária apreciará e deliberará sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, Relatório da Administração e Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Auditor Independente; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a ratificação dos dividendos pagos pela Companhia; (iii) fixar a remuneração global anual da administração; e (iv) eleger os membros do Conselho Consultivo e fixar sua remuneração. Os documentos e informações relacionados à ordem do dia da assembleia geral estão também disponibilizados por meio digital seguro, na plataforma divulgada no sítio eletrônico do jornal utilizado para as publicações da Companhia, podendo ser acessados através do link que segue: <https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=qlyT3WQUdfJKoxxPg2UocgPdVJXRG9Ze6g0H9gcl1QTuYYIXQRx6v28f8b934V>. Para participar o acionista deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação: (a) cópia de documento de identidade do acionista ou (b) cópia do documento societário que comprove a representação legal do acionista e do documento de identidade do respectivo representante legal. No caso de representação por procurador, será exigida também cópia do respectivo instrumento de procuração e do documento de identidade do procurador. Caxias do Sul, RS, 19 de junho de 2024. **André Cagliari** - Diretor; **Caroline Sambaquy Giacomet** - Diretora.

Jornal do Comércio 91
O jornal de economia e negócios do RS **91 ANOS**

Informação confiável na palma da sua mão

Escaneie o QR Code e siga
o canal do JC no WhatsApp para
receber as principais notícias



Escaneie o QR Code e
faça parte do Canal do JC



Smart Participações e Empreendimentos Imobiliários S/A

CNPJ: 92.121.326/0001-95 • NIRE: 43300028801

Relatório da Diretoria

Cumprindo determinações legais e estatutárias submetemos a apreciação dos acionistas as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2023 e das Notas Explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados e em atendimento as boas práticas de governança, elas encontram-se a disposição na administração da Companhia acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes. Porto Alegre RS, 27 de maio de 2024. A Diretoria

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	NT	Controladora		Consolidado		NT	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa		1.107	1	2.727	1.791			50	9.525	
Contas a receber de clientes	4	52.448	-	73.250	6.776			2.692	16.979	
Contas a receber - Volkswagen	5	-	-	-	1.726			-	2.409	
Estoque	6	-	6.526	111	24.811			1.727	1.803	
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	-	2.695	2.649	14	99	133	1.576	3.108
Despesas antecipadas		-	-	131	464			9	889	
Outros recebíveis		-	-	387	1.036			1	889	
Total ativo circulante		53.555	6.531	79.301	40.153		1.256	134	6.934	36.216
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Propriedade para investimento	8	-	-	8	8			-	7.663	
Depósitos judiciais	15	-	-	3.467	3.645			954	8.142	
Impostos diferidos	17	-	-	7.117	4.491			-	6.706	
Outros recebíveis		-	-	-	800			20.585	22.981	
		-	-	-	800			148	10.437	
		-	-	-	800			45.895	45.895	
Total passivo não circulante								67.583	24.083	81.569
Total do passivo não circulante										
Total do passivo										
Total do passivo e patrimônio líquido										
Patrimônio líquido										
Capital social		30.389	22.205	12	164			7.579	7.579	7.579
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	14.492	24.551			10.845	10.845	10.845
Prejuízos acumulados		-	-	-	-			(3.319)	(3.319)	(3.319)
Patrimônio líquido atribuível ao controlador		30.389	22.205	14.505	24.772			15.105	4.519	15.105
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-			-	-	-
Total do patrimônio líquido		30.389	22.205	25.097	33.716			15.105	4.519	15.895
Total do passivo e patrimônio líquido		83.944	28.736	104.398	73.869			83.944	28.736	104.398

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	NT	Controladora		Consolidado		NT	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Receita operacional, líquida	19	3.880	-	54.879	240.479					
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(472)	-	(44.265)	(212.611)					
Lucro bruto		3.408	-	10.614	27.868					
Despesas operacionais										
Despesas de vendas	21	-	-	(5.569)	(9.179)					
Despesas gerais e administrativas	21	(96)	(84)	(17.806)	(17.317)					
Equivalência patrimonial	9	8.184	641	-	-					
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	-	-	35.800	4.549					
Lucro operacional antes do resultado financeiro		8.088	557	12.425	(21.947)					
Despesas financeiras	22	(792)	(908)	(8.784)	(6.834)					
Receitas financeiras	22	-	-	1.007	914					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.704	(351)	15.262	2					
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	17	(118)	-	(118)	(190)					
Diferidos	17	-	-	(4.344)	(147)					
Lucro do Exercício		10.586	(351)	10.800	(334)					
Lucro atribuível a:										
Participação dos acionistas controladores		-	-	10.587	1.745					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	213	64					
Lucro (prejuízo) por ação do capital social - em Reais		1.397	(0,046)	1.425	(0,044)					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prej.) acumulados	Total controlador	Participação acionistas não control.	Total do Patrim. Líquido
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(351)	(351)	17	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.579	10.845	(13.905)	4.519	576	5.096
Prejuízo líquido do exercício	-	-	10.586	10.586	214	10.800
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.579	10.845	(3.319)	15.105	790	15.895

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Smart Participações e Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede em Porto Alegre, RS. A Companhia tem por objeto social, a participação em outras sociedades, consultoria técnico-profissional, representações comerciais e a comercialização de bens imóveis próprios. A Companhia possui participação direta e indireta nas seguintes empresas: a) Panambra Sul Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda.; a participação em outras sociedades, consultoria técnico-profissional e financeira, empreendimentos imobiliários, a comercialização, a administração e locação de bens imóveis próprios. b) Panoil Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda.; a participação em outras sociedades, consultoria técnico-profissional e financeira, empreendimentos imobiliários, a comercialização, a administração e locação de bens imóveis próprios. Em 6 de dezembro de 2022, a controlada, Panambra Sul Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., assinou Memorando de Entendimentos ("MoU"), com as empresas GUAIBACAR VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. e CARBURGO VEÍCULOS LTDA., visando a venda de suas operações de Porto Alegre e Pelotas à Guaiabacar, e a operação de Caxias do Sul, a empresa Carburgo. O contrato de compra e venda foi integralmente assinado entre as partes em 14 de abril de 2023 e, a partir disso, ocorreram os trâmites previstos neste instrumento, a fim de efetivar a transação. Em 29 de maio de 2023, a atividade operacional da Panambra foi totalmente encerrada e o espaço físico foi desocupado, assim como foram entregues todos os ativos fixos mencionados em contrato, às compradoras. Durante o exercício de 2023 parte do empreendimento denominado TREND DOWNTOWN, executado pelas construtoras MVP Empreendimentos Imobiliários S/A, Maiorjama Empreendimentos Imobiliários S/A e PLaenge Empreendimentos LTDA no terreno de propriedade da SMART Participações e Empreendimentos Imobiliários S/A localizado na Av. Azenha em Porto Alegre (RS) foi concluído e, com isso, foram expedidas e assinadas as escrituras públicas de nº 074391 e 173274, que oficializam a operação de venda e consequente confissão de dívida destas para com a Companhia. Com isso, à medida que são vendidas as unidades deste empreendimento aos compradores finais, são repassados à Smart 23,42% do VGV líquido mensal. Conforme estipulado nas escrituras citadas, o repasse mínimo garantido para a companhia por esta operação, até a integralidade da venda de tais unidades, corresponde ao montante de R\$ 56.000 - o que for maior entre os dois.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas: 2.1. **Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam à NBC TGU ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, por consequente, em consonância com as normas contábeis internacionais. 2.2. **Responsabilidade da Administração** - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia. 2.3. **Aprovação das Demonstrações Contábeis combinadas** - A conclusão das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 fora autorizada pela Administração em 17 de maio de 2024.

3. Principais práticas contábeis: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. 3.2. **Contas a receber:** As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, e a provisão para perdas esperadas são reconhecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo reconhecida diretamente no resultado. 3.3. **Estoque:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os estoques de veículos estão avaliados pelo custo específico de aquisição. Os demais itens dos estoques são registrados ao custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. 3.4. **Investimentos em controladas e outros investimentos:** As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem as Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado decorrente de operações entre empresas consolidadas são devidamente eliminados das Demonstrações Contábeis. A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados de suas operações em controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos são reconhecidos no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. Os imóveis (terreno e edifício) mantidos pela Companhia para obter rendas por meio de arrendamento mercantil operacional, valorização do capital, ou ambas, são classificados como propriedades para investimento. As propriedades para investimento são classificadas no Ativo Não Circulante no subgrupo Investimentos. Propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos da transação, deduzidos de depreciação reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. 3.5. **Imobilizado:** Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação. A Companhia optou por admitir os saldos de reavaliações existentes como parte integrante do valor de custo dos seus respectivos bens, e alterou a titularidade da conta de reserva de reavaliação para ajuste de avaliação patrimonial. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil técnica estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios. 3.6. **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Se necessária, a reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 3.7. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação e subsequente aos demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 3.8. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. 3.9. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não presumida, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos a obrigação. 3.10. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis e dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma per-

manente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo à base de apuração para a controlada direta Panambra Sul e para a controlada indireta Panoil Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda. o lucro real. 3.11. **Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). 3.12. **Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o CPC nº 47, onde, desfecho de uma transação pode ser confiavelmente estimado, na entrega do veículo revisado ao cliente. 3.13. **Estimativas contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisões para devedores duvidosos, desvalorização dos estoques e realização de impostos diferidos e provisão para riscos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. 3.14. **Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Empresa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Empresa, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. 3.15. **Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios. 3.16. **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob a categoria de mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração da Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. 3.17. **Creritos de consolidação:** As Demonstrações Contábeis consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e operações dos exercícios findos nessas datas, da controladora e de suas controladas. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com os critérios de consolidação previstos nas práticas contábeis adotadas no Brasil e incluem as informações das seguintes empresas controladas direta e indiretamente:

Empresa	Direta	Indireta
Panambra Sul Participações e Empreendimentos Imobiliários LTDA.	97,466%	-
Panoil Participações e Empreendimentos Imobiliários LTDA.	-	99,960%

4. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos a receber	52.448	-	73.205	6.303
Cheques	-	-	5	6
Cartões de crédito	-	-	40	1.367
Total	52.448	-	73.250	7.676

Os saldos das contas a receber de clientes são compostos por: R\$ 20.500 em nome da compradora da Panambra Sul Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (controlada) - Guaiabacar Veículos e Peças Ltda., cujo montante será recebido em 41 parcelas mensais de R\$ 500.000, conforme estabelece o contrato de compra e venda, e de R\$ 52.448 registrados na controladora, por conta dos valores a receber pelas vendas futuras do empreendimento lançado em 2023, cujo valor mínimo está registrado na escritura pública que oficializou a referida negociação.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundo para preservação de capital	-	-	-	393
Conta Corrente	-	-	-	898
Garantias, comissões e revisões a receber	-	-	-	435
Total	-	-	-	1.726

Todas as obrigações da montadora para com a controlada Panambra foram quitadas durante o transcorrer do exercício.

6. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imóveis (a)	-	6.526	-	6.526
Veículos novos	-	-	-	5.055
Veículos usados	-	-	111	4.859
Peças e acessórios	-	-	-	8.371
Total	-	6.526	111	24.811

O saldo de R\$ 6.526 em 2022 refere-se a terrenos para comercialização, contabilizado a valor de custo, cuja venda foi concretizada em 2023.

7. Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
INSS a recuperar (a)	-	-	43	43
IRPJ e CSLL (b)	-	2	2.446	2.115
Refis a Recuperar (c)	-	-	206	269
Total	-	2	2.695	2.427

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																			
13. Empréstimos e Financiamentos:																			
Modalidade	Encargos Médios (a.a.)		2023	2022															
Financiamento máquinas	8,52%		-	1.247															
Capital de giro	9,70%		2.692	18.446															
Banco Volkswagen	12,30%		-	3.368															
Conta Garantida			-	1.581															
Total média nacional			2.692	24.642															
Total circulante			2.692	16.979															
Total não circulante			-	7.663															
			2.692	24.642															
Durante o exercício de 2023, pela ocasião da venda dos ativos da controlada e das cláusulas contratuais, foram quitados 89,1% do total dos empréstimos, antecipadamente. A empresa pretende liquidar o saldo remanescente de R\$ 2.692 em 31/12/2023 durante o transcorrer do ano de 2024.																			
14. Obrigações Tributárias:																			
	Controladora				Consolidado														
	2023		2022		2023		2022												
	Não Circul.	Circul.	Não Circul.	Circul.	Não Circul.	Circul.	Não Circul.	Circul.											
Impostos Parcelados	45	954	133	954	273	1.405	390	1.592											
PRT e PERT	-	-	-	-	1.369	6.737	636	3.451											
Pis e Cofins	-	-	-	-	13	-	134	-											
IRRF Fonte	54	-	-	-	6	-	204	-											
Outros Impostos	-	-	-	-	66	-	439	-											
Totais	99	954	133	954	1.727	8.142	1.803	5.043											
(a) A linha de impostos parcelados compreende: 1) o pedido de parcelamento do PIS e da COFINS calculados sobre as bonificações recebidas da fábrica de 2018 a 2021, onde verificou-se que o tratamento fiscal oferecido estava inadequado. 2) O parcelamento, em 2022, de R\$ 309.972,10 referentes ao uso de um crédito de INSS levantado pela empresa de consultoria tributária Studio Fiscal, através de PERDCOMP que, após análise da RFB, ela julgou inconsistente. (b) PRT e PERT - Em 31 de maio de 2017 a entidade aderiu ao parcelamento dos tributos e contribuições vencidas até 30 de novembro de 2016, nos termos da MP nº 766/2017, junto a Receita Federal do Brasil - RFB. O saldo devedor Previdenciário era de R\$ 6.142 e Fazendário R\$ 3.953, e deste montante, 24% foi fracionado em 24 parcelas mensais e consecutivas (Previdenciário R\$ 61 e o Fazendário R\$ 39), corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, considerando a utilização dos prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Em 29 de setembro de 2017 foi constituído um novo parcelamento nos termos da Lei nº 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, a fim de readequar o seu passivo tributário. Tal parcelamento abrange os débitos de natureza tributária vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, permitindo quitar parte dos débitos com prejuízo fiscal e base negativa acumulados até dezembro de 2015. O saldo foi dividido em 145 vezes, cujas parcelas estavam sendo pagas mensalmente. Durante o exercício de 2023, a RFB indeferiu o prejuízo fiscal apresentado para abater a dívida tributária - demais débitos e excluiu-os do programa de parcelamento especial - PERT. Por esse motivo, foi necessário efetuar uma nova negociação, porém, nos termos convencionais. O montante calculado de R\$ 5.997, que foi parcelado em 60 vezes.																			
15. Provisão para contingências: A Companhia e suas controladas direta e indireta são parte envolvida (polo passivo) em ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2023, os valores provisionados estão suportados na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo que a provisão para contingências constituída é considerada suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.																			
	Possibilidade de ocorrência 2022		Possibilidade de ocorrência 2021																
	Provável	Possível	Provável	Possível															
Trabalhistas	3.329	285	444	386															
Cíveis	3.377	1.595	3.093	2.734															
	6.706	1.880	3.537	3.120															
A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos em andamento, para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para riscos em função deles terem sido classificados com possibilidade de perda provável ou remota. O aumento expressivo nas provisões trabalhistas ocorreu na controlada Panambra Sul Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. por conta do processo nº 0020635-42.2014.5.04.0012, em nome do reclamante Sindicato dos Empregados, cujo valor estimado de perda provável pelo escritório de advocacia Guedes, Pedrassani Advogados, é de R\$ 3.000.000,00.																			
(a) A movimentação da provisão para riscos fiscais e trabalhistas é assim representada:																			
	2023		2022																
Saldos iniciais	3.537		3.694																
Adições no ano	3.854		149																
Baixas no ano	(685)		(306)																
Saldo final	6.706		3.537																
(b) Depósitos judiciais: O saldo de R\$ 3.467 em 2023 (R\$ 3.645 em 2022) em depósitos judiciais é para fazer frente à parte dos processos judiciais de natureza trabalhista e cível que estão em andamento. Deste montante, R\$ 2.565 se refere aos depósitos efetuados em favor do processo nº 616262870-15, em nome de Porto Novo, na controlada Panambra Sul.																			
(c) Ações Ativas de créditos tributários: A Administração possui ação judicial ativa que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS sobre o faturamento, bem como ação que discute créditos presumidos de ICMS. Considerando o atual estágio das ações judiciais, suportado pelo parecer dos assessores jurídicos externos, foi classificada como uma contingência ativa provável, com prognóstico de "praticamente certa", as quais permitiram benefícios econômicos futuros com potencial geração de caixa.																			
16. Partes relacionadas:																			
As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:																			
	Controladora				Total														
	Panambra		Seldona Inc.		Minoritários		2023		2022										
Passivo	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022											
- Mútuo a pagar	10.148	10.085	8.350	10.316	2.087	2.580	20.585	22.981											
	Consolidado				Total														
Passivo	Peter Bottcher		Seldona Inc.		Minoritários		2023		2022										
- Mútuo a pagar	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022											
	-	-	8.350	10.316	2.087	2.580	10.437	12.896											
Outros assuntos																			
Auditoria do exercício anterior																			
As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram por nós auditadas com emissão de relatório dos auditores independentes datado em 17 de abril de 2023, contendo ênfase "Realização dos impostos diferidos" e sobre a descontinuidade da operação de venda de veículos. Sendo o assunto da descontinuidade da operação de venda de veículos, realizada em maio de 2023.																			
Responsabilidades da administração pelas Demonstrações Contábeis																			
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.																			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis																			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com as bases referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:																			
<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de 																			
<ul style="list-style-type: none"> distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. O alcance e a época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. 																			
Porto Alegre, RS, 27 de maio de 2024.																			
<table border="0"> <tr> <td>Viviane Barcelos Cangussu Machado Contador - CRCRS nº 68.068</td> <td>Sérgio Laurimar Fioravanti Contador - CRCRS nº 48.601</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S</td> </tr> <tr> <td colspan="2">CRCRS nº 006706/0</td> </tr> <tr> <td colspan="2">CVM 12.360</td> </tr> <tr> <td colspan="2">CNAIPJ 000023</td> </tr> </table>										Viviane Barcelos Cangussu Machado Contador - CRCRS nº 68.068	Sérgio Laurimar Fioravanti Contador - CRCRS nº 48.601	Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S		CRCRS nº 006706/0		CVM 12.360		CNAIPJ 000023	
Viviane Barcelos Cangussu Machado Contador - CRCRS nº 68.068	Sérgio Laurimar Fioravanti Contador - CRCRS nº 48.601																		
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S																			
CRCRS nº 006706/0																			
CVM 12.360																			
CNAIPJ 000023																			
<table border="0"> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </table>																			



Jornalismo sério e de credibilidade
 No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!
 Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:

